

O embate entre sociedade e governo na implementação de uma política pública: uma análise sobre a implementação do Programa Escola Cidadã Integral no Município de João Pessoa – PB

Maria Eduarda Pereira Leite ¹

RESUMO

O Governo do Estado da Paraíba, iniciou em 2016, a implementação do Projeto Escola Cidadã Integral nas escolas de nível médio da rede estadual de ensino, cujo objetivo é oferecer um novo modelo de escola pública com organização e funcionamento em tempo integral. Atualmente, o ensino integral já é realidade em 100 escolas em toda a Paraíba, atendendo a aproximadamente 36.000 estudantes. Em João Pessoa, as escolas em tempo integral vêm se consolidando em meio a resistências da comunidade escolar, com a evasão dos alunos das escolas, protestos e paralisações dos professores. A pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB (mestrado), analisa a percepção dos atores sociais envolvidos que compõem a comunidade escolar em relação a implementação do referido projeto no Município de João Pessoa - PB. Além disso, estão sendo realizadas observações de campo e pesquisa documental. Para este trabalho, trazemos um recorte da pesquisa, onde buscamos identificar as percepções dos atores à realidade social, pressupondo essa realidade como um campo de disputa que apresenta inúmeros percalços a implementação de uma política pública educacional.

Palavras – chave: Escola em tempo integral; Implementação; políticas públicas educacionais.

¹ Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, bolsista CNPq, e-mail: mariamepleite@gmail.com

A única solução para esse gravíssimo problema social e nacional [da desigualdade] é melhorar a qualidade das escolas que temos.

Darcy Ribeiro, 1986.

A educação tem um lugar central nas pautas das políticas de Estado.

Muito embora não só essa assegure a justiça social, o conhecimento, a informação e a visão de mundo adquiridos pela educação, são a base da cidadania em sociedades plurais e cada vez mais complexas (MELLO, 1991). É nesse sentido que a ampliação do tempo escolar vem ganhando destaque no cenário nacional e se configurando como uma promessa do poder público para atender as demandas da educação, no sentido de melhoria na qualidade da educação básica.

Seguindo a agenda das políticas públicas educacionais, o Governo do Estado da Paraíba, vem, desde de 2016, implementado o ensino integral nas escolas de nível médio da rede estadual de ensino. A experiência da educação integral para o ensino médio no Estado da Paraíba, surge em 2016, com a criação e implementação do Programa Escola Cidadã Integral e Escola Cidadã Integral Técnica, de acordo com decretos nº 36.408/2015 e 36.409/2015, respectivamente, com o objetivo de propor uma mudança significativa nessa etapa de ensino.

O Programa Escola Cidadã Integral foi implementado inicialmente em 2016, em 08 escolas de todo o Estado da Paraíba. No ano letivo de 2017, foram 33 escolas que passaram a adotar esse modelo de ensino e, no ano seguinte,

2018, foram implementadas 100 escolas cidadãs integrais em todo o Estado, atendendo 36.000 mil estudantes².

A criação do Programa Escola Cidadã Integral constituiu-se na primeira parceria público-privada na área educacional do Estado da Paraíba, com o convênio assinado entre o Governo do Estado e o Instituto de Coresponsabilidade da Educação (ICE)³, que permite que o Instituto implante sua filosofia pedagógica, seu modelo de projeto escolar e pedagógico, de currículo e de infraestrutura. Em 2017, outra parceria com o setor privado foi firmada para a coordenação da educação no Estado. O convênio firmado com a Organização Social (OS) Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais (ECOS) permite que a referida instituição coordene a seleção dos componentes das equipes gestoras e professores e, ainda, identifiquem onde serão instalados os novos centros educacionais (escolas).

No ano de 2018, no Governo Ricardo Coutinho, a partir da Lei nº 11.100/18, foi criado o Programa de Educação Integral, composto pelas Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas – ECIS, dando início a Política Pública de Estado para a educação na Paraíba (PARAÍBA, 2018). A decisão de transformar o referido programa em Política Pública de Estado está alinhada aos objetivos propostos pelo Governo do Estado de melhoria da qualidade do ensino e reestruturação do Ensino Médio.

² Governo do Estado amplia para 100 as Escolas Cidadãs Integrais em 2018. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/governo-do-estado-amplia-para-100-as-escolas-cidadas-integrais-em-2018/>. Acessado em: 05/01/2018

³ Governo assina convênio para implantação de novas escolas de tempo integral. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/governo-assina-convenio-para-implantacao-de-novas-escolas-de-tempo-integral/>. Acessado em: 29/06/2018.

Em 2018, as escolas que adotaram o projeto Escola Cidadã Integral, foram escolhidas com base no critério de estarem localizadas nas regiões de maior vulnerabilidade social, tanto na região metropolitana de João Pessoa, quanto em todo o Estado, de acordo com o Mapa da Violência da Secretaria e Segurança Pública.

Podemos inferir que a escolha desse critério para a implementação da escola em tempo integral, foi de cercear um grave problema social, como o da violência e vulnerabilidade entre os adolescentes. Como afirma Vitor Paro (1988), o governo implanta projetos de escolas de tempo integral, cuja motivação é a tentativa de amenizar os problemas sociais que vão além dos muros escolares, ainda que esses problemas não tenham natureza pedagógica.

A proposta da Secretaria Estadual de Educação para o Programa Escola Cidadã Integral, presente nas Diretrizes Operacionais Para Funcionamento das Escolas da Rede Estadual (PARAÍBA, 2016), além de se articular com o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴, objetiva estabelecer um programa de qualidade nas escolas de Ensino médio, com mudanças significativas nos conteúdos, no método e na gestão nas escolas, com vistas ‘a formação de indivíduos protagonistas, agentes sociais e produtivos, com conhecimentos, valores e competências dirigidas ao pleno desenvolvimento social e preparo para o exercício da cidadania’ (PARAÍBA, 2016, p. 24).

⁴ BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE). Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. 2014.

Quanto à jornada escolar⁵, as instituições de ensino integral na Paraíba funcionam em dois turnos, das 7h30 às 17h00, sendo uma hora e vinte para almoço e dois intervalos de vinte minutos para o lanche da manhã e tarde, perfazendo a duração diária do período letivo em 9 horas e 30 minutos. No período em que ficam na escola, além de estudarem as disciplinas obrigatórias, os estudantes têm aulas de música, teatro, cinema, empreendedorismo e fotografia e, nas escolas de ensino técnico, ainda são oferecidos cursos profissionalizantes, que visam a formação do jovem para atuar no mercado de trabalho. Em relação aos professores, os mesmos têm jornada de trabalho de 40 horas semanais.

As Escolas Cidadãs Integrais vêm se consolidando em João Pessoa em meio as resistências da comunidade escolar (pais, professores, alunos e gestores). Diante da divulgação e anúncio da implementação do programa pelo Governo do Estado, várias manifestações começaram a surgir contra a implementação desse novo modelo de escola. No primeiro ano da implementação, uma escola da cidade de João Pessoa que recebeu o projeto perdeu mais de 90% dos seus alunos⁶. Ou seja, a escola que antes contava com 600 alunos distribuídos em três turnos (manhã, tarde e noite), quando passou a adotar o ensino integral teve apenas 37 alunos matriculados formando três turmas, uma de cada série do ensino médio.

Os pais dos alunos alegavam que caso o projeto fosse implantado, os seus filhos não poderiam continuar estudando na escola, pois precisavam

⁵ O que é a Escola Integral? Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/educacao/escolas-cidadas-integrais/o-que-e-a-escola-integral/>. Acessado em: 05/01/2018

⁶ Em João Pessoa, escola implanta tempo integral e perde 90% dos seus alunos. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida-urbana/noticia/166574-em-joao-pessoa-escola-implanta-tempo-integral-e-perde-90-porcento-de-seus-alunos>. Acessado em: 01/11/2016.

trabalhar para ajudar em casa. O corpo docente e o corpo diretor foram quase todos substituídos. Conforme alegaram, a bolsa de R\$ 1.000,00 sobre o vencimento básico oferecida pelo Estado pela dedicação exclusiva de 40 horas semanais era insuficiente e, por isso, precisavam trabalhar em mais de uma escola para completar a renda mensal.

Os alunos também fizeram abaixo-assinado e criaram um grêmio estudantil para se mobilizarem contra a implementação do projeto Escola Cidadã Integral. Muitos alunos, em diversas manifestações, questionaram que mesmo que pretendessem continuar na escola em tempo integral, não haveria oferta de vagas suficiente. Em uma escola localizada no Centro da cidade João Pessoa, de 1300 vagas disponíveis em 2017, apenas 500 estariam disponíveis quando a escola passasse a adotar o ensino integral em 2018. Outra queixa se deu em relação a infraestrutura das escolas, que, segundo os gestores, em assembleias realizadas pelo sindicato da categoria, não tinham condições de manter os alunos em regime integral.

Para tanto, o presente estudo, que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, procura responder ao seguinte questionamento: quais as percepções dos atores sociais que compõem a comunidade escolar (professores, alunos e gestores) das escolas em tempo integral em relação a implementação desta política pública?

Para este trabalho, trazemos um recorte da pesquisa que objetiva identificar as percepções dos atores à realidade social, pressupondo essa realidade como um campo de disputa que apresenta inúmeros percalços a implementação de uma política pública educacional, que se estabelece e se configura não só a partir de uma postura política do Estado, mas também dos resultados do jogo de poder determinado pelos conflitos e interesses de agentes de pressão que disputam o próprio Estado.

Referencial teórico

Na concepção de Celina Souza (2006), política pública pode ser compreendida como uma modalidade que “coloca o governo em ação” de acordo com seus propósitos e plataformas eleitorais a uma questão de interesse da sociedade civil em termos de distribuição de riqueza, seja no âmbito da economia, educação, saúde, trabalho, etc., que produzirão resultados no mundo real.

Nestes termos, entendemos a educação como uma política pública de responsabilidade do Estado, mas também uma política pública de corte social, uma vez que as políticas sociais, “são as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento econômico” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Conforme Höfling (2001), em uma sociedade como a brasileira, extremamente desigual e heterogênea, a política educacional deve desempenhar importante papel em relação à democratização e a formação do cidadão. Uma vez que o exercício da cidadania depende do conhecimento sobre a natureza dos problemas que motivam a mobilização das pessoas, acesso à informação, domínio dos mecanismos legais e institucionais para encaminhar suas demandas.

Conforme destaca Mello (1991), “espera-se que a escola, embora não apenas ela, contribua para a qualificação dessa cidadania, que vai além da reivindicação da igualdade formal” (p. 11). Para tanto, é preciso ampliar a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, pois, continua a autora, “mais do que

oferecer ‘serviços’ sociais, as ações públicas, articuladas com a demanda da sociedade, devem voltar-se para a construção dos direitos sociais” (p. 12).

Porém, essa relação não é simples. É importante enfatizar, como lembra Sousa (2015), que as políticas públicas, resultam de atividades políticas em sociedades complexas onde os conflitos são inevitáveis, uma vez que os atores sociais que produzem a política, além de interesses diferentes, possuem recursos desiguais, o que dá acesso a fontes materiais e simbólicas de poder que colocam em vantagem indivíduos e grupos que têm mais condições de mobilizar a sociedade. Secchi (2010) citado por Sousa (2015), classifica os atores sociais que influenciam as políticas públicas em governamentais (políticos, designados politicamente, burocratas, juízes) e não governamentais (grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, destinatários das políticas públicas, organizações do terceiro setor) que se movem por interesses variados e comumente distintos.

Nesta perspectiva, segundo Sousa (2015), as decisões sobre políticas públicas são tomadas por meio de uma ação política que se torna a forma mais adequada de resolver conflitos, uma vez que essa “é por excelência uma ação coletiva com meios e fins previstos, e que requer aceitação de decisões, as quais adquirem um caráter impositivo na medida em que são expressões do poder público” (p. 63). Dessa forma, a população acaba não participando diretamente do processo de construção das políticas públicas, ficando reservado ao papel de eleitor que escolhe seus mandatários.

Por isso, em se tratando de políticas públicas, a voz dos beneficiários ou do público-alvo tem de ser ouvida, seja na elaboração, na implementação ou na avaliação dos resultados dessas políticas. Neste aspecto, a sociologia, conforme Cortes e Lima (2012), tem crescentemente auxiliado o campo das políticas públicas na análise de grupos identitários e processos de

reconhecimento que se referem aos beneficiários de políticas e aqueles que demandam. Também tem tratado dos atores sociais e estatais que agem na formulação e implementação das políticas públicas.

Nesta concepção, abordamos a teoria de Bourdieu para análise de políticas públicas a partir dos conceitos de campo, poder simbólico e lutas simbólicas, que encontram suas fundamentações em importantes obras do autor: *O Poder Simbólico*, *Coisas Ditas*, *Razões Práticas* e *A Distinção*.

Bourdieu (2004b) define sua abordagem sociológica como construcionismo estruturalista e, em seguida, estruturalismo construcionista. Para o autor,

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos - linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais (p. 149).

Autores como Mendes e Sexias (2003), que se referem a esta análise, explicam que a ideia central de Bourdieu é mostrar que a verdade da interação social nunca está na forma como se apresenta à observação, sendo que as representações e os pontos de vista devem ser sempre reportados à posição dos agentes na estrutura social, sendo que as práticas e representações dos indivíduos adquirem uma certa integração e estabilidade pelo efeito do *habitus*.

Seguindo a definição de Bourdieu (2011), o *habitus* deve ser pensado como um 'sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e representações' (p. 88).

Nesta concepção, *habitus* pode ser entendido como um conjunto de propensões que permitem aos indivíduos agirem dentro de uma estrutura social determinada, do que derivam os Campos estruturados e estruturantes (MORAES, 2007).

Em relação a ideia bourdiesiana de campo, Moraes (2007), explica que são “espaços sociais mais ou menos restritos, onde as ações individuais e coletivas se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações” (p. 183). Dialeticamente, continua o autor citado acima, os campos também são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e construídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros.

Bourdieu (2004a), concebe o espaço social como um campo de forças no qual os agentes ocupam posições distintas, relacionadas umas às outras, de acordo com a posse de capitais (econômico, político, cultural, por exemplo). Estes capitais são como trunfos nas mãos dos agentes, onde o peso e o volume relativo dos capitais definem a vantagem dos jogadores para a apropriação de bens disponíveis e a preservação da conquista de posições.

As posições sociais dos agentes ainda são assinaladas no espaço social por meio de uma distinção, “uma diferença, uma separação, um traço distintivo, resumindo, uma propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades” (BOURDIEU, 1996, p. 18). As distinções mais marcantes dentro do espaço social se dão por meio do capital econômico e do capital cultural, que se tornam princípios geradores de práticas distintas e distintivas.

Estas distinções também são geradoras de conflitos dentro dos campos sociais. Em todos os campos encontramos uma luta em torno dos interesses específicos dos atores sociais, onde fazem uso de poder, através das diferentes formas de capital, que são usadas como forças ou armas nesta luta para sua conservação e transformação (BOURDIEU, 2004b).

Todavia, como explica Sousa (2015), a objetividade dessas lutas é inseparável das lutas simbólicas pela apropriação de bens econômicos e culturais, pois visam o monopólio da verdade e a imposição da visão de mundo dos agentes e grupos sociais envolvidos na disputa do campo, os quais perseguem o reconhecimento de suas posições, conferindo-lhes poder simbólico.

Bourdieu (2008) descreve a natureza das lutas simbólicas como sendo

As lutas, cujo pretexto consiste em tudo o que, no mundo social, se refere à crença, ao crédito e ao descrédito, à percepção e à apreciação, ao conhecimento e ao reconhecimento – nome, reputação, prestígio, honra, glória e autoridade – em tudo o que torna o poder simbólico em poder reconhecido, dizem respeito forçosamente aos detentores “distintos” e aos pretendentes “pretensiosos” (p. 235).

Bourdieu (2004b) ainda destaca que as lutas simbólicas abrangem desde o cotidiano pela sobrevivência até a organização da vida pública, através da ciência, do Estado, da burocracia e dos grupos sociais que buscam obter o poder simbólico através de um capital simbólico que seja reconhecido pelo grupo. Ou seja, o poder simbólico será mais eficaz quanto mais estiver fincado na realidade e nas afinidades objetivas das pessoas que formam o grupo criado.

Para uma análise de percepção das disputas que envolvem uma política pública, tomamos como referência o campo político, onde a disputa pelo poder simbólico se apresenta com peculiar complexidade, uma vez que,

como assinala Bourdieu (2008) “na democracia liberal, a abstenção das massas na participação do processo político é mais uma condição para o funcionamento do sistema do que uma falha dele” (p. 372).

Desse modo, coadunamos com Sousa e Silva (2015) que as condições socioeconômicas que determinam a exclusão do cidadão do processo político também são causadoras da desigualdade na distribuição dos instrumentos de produção das representações do mundo social.

Portanto, em se tratando de políticas públicas, a voz dos beneficiários ou do público-alvo tem de ser ouvida, como sujeitos de direitos, seja na elaboração, na implementação ou na avaliação dos resultados das políticas, uma vez que essa participação no processo político ajudará a definir suas representações no mundo social.

Fragmentos Empíricos e Metodologia

Para a realização da pesquisa de campo, foi selecionado o município de João Pessoa por ser um dos municípios com o maior tempo de experiência da implementação das escolas em tempo integral na Paraíba, o que levou a considerar como sendo uma experiência de maior consolidação do trabalho.

Durante a pesquisa de campo, que começou a ser realizada em novembro de 2017, foram realizadas observações participantes nas manifestações dos professores e alunos que aconteceram no final do ano letivo, em protesto à implementação das escolas em tempo integral que seria efetivada no ano seguinte - 2018. O intuito era de verificar quais as visões dos professores, gestores e alunos, no que tange à implementação das escolas integrais. Os registros das atividades foram feitos em vídeo, fotos e caderno de campo. Além dessas observações, serão realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas com o público-alvo da política implementada.

As últimas manifestações mais contundentes na cidade de João Pessoa contra a implementação da Escola Cidadã Integral foram realizadas no final de 2017, por diversas escolas que passariam a adotar o ensino integral.

No dia 13 de novembro de 2017, acompanhamos a manifestação dos alunos de uma escola que fica localizada no centro da cidade de João Pessoa e conversamos com alguns deles para saber sua visão sobre a implementação da escola em tempo integral.



Foto 1: manifestação dos alunos de uma escola da rede pública.
Fonte: pesquisa de campo



Foto 2: manifestação dos alunos de uma escola da rede pública.
Fonte: pesquisa de campo

Em conversa com uma das estudantes presentes na manifestação, a mesma relatou que a escola não tem estrutura física para comportar os alunos em tempo integral e que ainda irão sair da escola cerca de 1.300 alunos, pois a

escola integral só oferecerá 500 vagas que serão preenchidas pelos alunos que passarem em um teste de seleção que será realizado.

A escola é grande, mas tem estrutura para suportar o ensino regular, ou seja, manhã e tarde. Se for integral, não vai comportar, e muitos alunos vão ter que sair de lá. Não tem como suportar 1800 alunos de manhã. Se tornar integral, vão sair 1300. Os que querem ficar vão ter que fazer uma prova. Os professores também vão ter que sair, pois têm vários que trabalham no outro turno, assim como vários alunos (ALUNA DA ESCOLA).

Outra preocupação dos alunos era o fato de alguns terem que trabalhar no horário oposto ao das aulas, que não poderiam estudar em uma escola de ensino integral. A aluna com quem conversamos afirmou que assim irá haver uma redução do número de alunos.



Foto 5: Protesto dos estudantes – Foto: Luís Andrade/Portal Correio

Um dos alunos que estavam no protesto realizado no dia 17 de novembro na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Governador em João Pessoa, relatou a um jornal local:

Quando o governador assina por decreto a criação das escolas integrais sem discutir com a sociedade, a gente acha que isso é um equívoco, e um equívoco muito grande. É importante que se

faça esse debate (ALUNO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, em entrevista ao site Mais PB.⁷)

É importante lembrar, que o projeto Escola Cidadã Integral foi implementado por meio de decreto governamental no final de 2015. E as escolas escolhidas para receberem o projeto são apenas comunicadas que no ano seguinte passarão a adotar o regime em tempo integral.

O embate entre a sociedade e o Governo também vem sendo acompanhado pela imprensa paraibana. O último caso que saiu em destaque nos noticiários foi a reação da comunidade de uma escola localizada no bairro do José Américo, João Pessoa. Os professores, pais, sindicatos e até a associação de moradores do bairro, enviaram uma carta aberta ao Governador do Estado, pedindo que a implementação da escola integral não acontecesse em 2018.



Foto 4: manifestação dos alunos de uma escola da rede pública.

Fonte: pesquisa de campo

⁷ Estudantes questionam escola cidadã integral. Fonte: <http://www.maispb.com.br/237524/estudantes-seopolem-ao-projeto-de-escola-cidada-integral-e-cobram-melhorias-na-educacao.html>. Acessado: 15/01/2018

Na carta enviada ao Governador, segundo a reportagem, a comunidade explica que a implementação da escola integral se deu de forma apressada, o que prejudicaria muitos alunos que trabalham e que tem filhos. Além disso, a comunidade explica que a escola também não tem infraestrutura. Uma aluna da escola relatou:

Uma das maiores polêmicas é que não faz nem 20 dias que ficamos sabendo que vai ser assim. A maioria não vai poder ficar nesse regime, porque precisa tomar conta da casa, trabalhar, por exemplo. A escola não tem infraestrutura, tem banheiros quebrados, uma cozinha horrível, que raramente tem lanche. São oito salas e apenas uma tem ventilador. E só um ventilador. A maioria dos pais não quer que a escola fique com o ensino integral e 90% dos alunos também. É a única escola do bairro, não deveria ser integral (ALUNA DA ESCOLA)

Muitos dos alunos que se fizeram presentes nas manifestações acompanhadas, relataram que irão sair da escola por causa das mudanças. Durante uma manifestação que acompanhei, uma aluna e professora relataram que mesmo que todos quisessem ficar não haveria vagas suficientes para todos, pois as vagas ofertadas pela Escola Cidadã Integral são reduzidas e para permanecer na escola ainda é preciso fazer um teste de seleção.

Uma aluna, em protesto, se referia à escola cidadã integral como a escola da exclusão:

A escola [nome da escola] ainda não apresenta estrutura, como ginásio, banheiros para tomar banho, alimentação, salas de descanso, sala de laboratório, entre outras coisas para poder se tornar uma escola integral. Além disso, dos 650 alunos que a escola possui, cerca de 330 devem sair. Eu mesmo vou ter que sair da escola porque faço, no horário oposto às aulas, curso do Pronatec, como muitos dos meus colegas que trabalham e outros que fazem outros tipos de cursos. Eles vão ter que sair da escola. **O Governo, que deveria fazer uma escola de inclusão está fazendo uma escola de exclusão.** Muitos pais que não gastavam com a passagem dos filhos para irem para escola, porque ela era próxima de casa, agora vão ter que dar dinheiro

para que os filhos possam pegar ônibus para chegarem a outras escolas (ALUNA DA REDE ESTADUAL⁸, grifo nosso)

Como se pode observar em muitas das falas das pessoas ouvidas, um dos maiores questionamentos é o fato que a escola integral foi implementada sem diálogo com a comunidade. Fazendo com que muitos alunos saíssem das escolas próximas as suas casas por não poderem estudar em tempo integral.

Os professores e o sindicato da categoria, também se manifestaram contra essas mudanças na educação. A maior queixa da categoria é que o aumento da remuneração oferecida pelo Governo, uma bolsa de R\$1.000,00, era insuficiente para cumprir uma jornada de 40 horas semanais.

Segundo o presidente do Sindicato:

A gente está insatisfeito (sic) porque a definição é de cima para baixo. Sem discussões amplas. O governo quer nos empurrar goela a baixo. Hoje temos uma jornada de 30 horas e eles querem dobrar essa carga horária para o dobro, pagando mais mil reais. A gente sabe como é a realidade dura de quem trabalha com educação. Muitos professores trabalham em escolas de municípios ou fazem outros trabalhos para poderem complementar a renda do mês. E agora eles serão obrigados a escolher em qual vai ficar e de qual vai sair (PRESIDENTE DO SINTESP/PB – pesquisa de campo).

É importante destacar que, apesar dos embates e problemas existentes na implementação do Programa Escola Cidadã Integral, acreditamos que a maior permanência do aluno na escola seria um bom fator de melhoria na qualidade da educação, viabilizando mais condições de aprendizado aos alunos. No entanto, é preciso que se viabilize condições para isso, para que a

⁸ Entenda porque o ensino integral virou polêmica na Paraíba. Fonte: <https://paraibahoje.wordpress.com/2017/11/24/entenda-por-que-o-ensino-integral-virou-polemica-na-paraiba/>. Acessado em: 05/01/2018

ampliação do tempo escolar não se torne apenas uma extensão do tempo do aluno na escola, mas uma organização que contemple e qualifique o aprendizado do aluno.

E para que a escola em tempo integral se torne a escola da inclusão e não da exclusão, como o depoimento da aluna acima, é necessário que a implementação do programa ocorra em diálogo com a comunidade escolar, que também são parceiros fundamentais no processo educativo e, mais ainda, são cidadãos críticos e atuantes, prontos para discutir as políticas educacionais que estão sendo implementadas.

Considerações Finais

A constatação de que existe uma certa resistência à implementação da escola em tempo integral, foi o que despertou o interesse por esta pesquisa. É certo que a educação é um dos poucos recursos que as crianças pobres contam para ascenderem socialmente e não só por motivos diretamente pedagógicos, mas também pelo atendimento a necessidades dos alunos como alimentação, atividades culturais variadas, profissionalização (no caso das escolas técnicas integrais).

Concordamos com Kerstenetzky (2008), que a expansão da jornada escolar é o protótipo de política social universal com implicações redistributivas. Como a autora explica: “a escola pública universal brasileira é frequentada principalmente por crianças pobres e muito pobres. Assim, qualquer investimento que vise melhorar sua qualidade produzirá resultados em favor desses setores da população” (p. 23).

Também concordamos com Castro e Lopes (2011) de que a discussão do que seja a educação em tempo integral e como operacionaliza-la em benefício da classe trabalhadora não está acabada. Segundo as autoras acima,

Há poucas experiências educacionais e pesquisas sobre as escolas públicas em tempo integral no nosso país. Não há nenhum modelo ideal a ser adotado, mas referências, algumas boas e outras ruins, que poderão balizar a construção de uma escola de educação em tempo integral que atenda aos anseios da população (p. 279)

É preciso detectar o que falta para que o ensino integral atenda aos anseios da classe que dela faz uso. Para isso, faz-se necessário que os cidadãos, que de alguma forma são excluídos do processo decisório, tenham acesso à esfera pública política, para tomada de decisão coletiva no que concerne decidir autonomamente sobre a própria vida.

O conceito Bourdiesiano de ‘campo político’, adotado neste trabalho, mostra que como qualquer outro campo social, também é um espaço de exclusões, pois já determina que existe um lado de dentro e um lado de fora, rompendo com a ficção democrática de que somos todos iguais na participação e na condução dos interesses coletivos (MIGUEL, 2014).

Trabalhadores, mulheres e grupos de minorias, são os mais suscetíveis aos mecanismos de exclusão. Mas não se pode negar que as lutas sociais e políticas desses grupos, resultou em conquistas para o presente, ampliando a participação política através da equação políticas sociais e cidadania.

Conforme Leite (1991), este é o sentido do processo da aproximação entre políticas sociais e cidadania, que representa uma aproximação entre os valores de igualdade e liberdade, a universalização dos direitos civis, políticos e sociais que constituem, no ideário democrático, conquistas que não se

restringem apenas às classes subalternas, mas são imprescindíveis à humanidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **O Poder simbólico**. 7a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, RJ, 2011.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2008.

CASTRO, Adriana de; LOPES, Roseli Esquerdo. **A escola de tempo integral: desafios e possibilidades**. Ensaio: aval. Polit. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, nº 71, p. 259-282, abr/jun, 2011

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Lua Nova, São Paulo, 87: 33-62, 2012

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cad. CEDES* [online], vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. 2001.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Escola em tempo integral Já: quando quantidade é qualidade**. CEDE – Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. Texto para discussão nº 5, Niterói, RJ, Janeiro de 2008.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. **Políticas sociais e cidadania**. *Physis* [online], vol.1, n.1, pp.117-131. ISSN 1809-4481. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331199100001000006>. 1991

MELLO, Guiomar Namó. Políticas públicas de educação. *Estud. av.* vol.5 no.13 São Paulo Sept./Dec. 1991

MENDES, José Manoel; SEIXAS, Ana Maria. **Escola, desigualdades sociais e democracia: As classes sociais e a questão educativa em Pierre Bourdieu**. Educação Sociedade e Cultura, nº 19, Coimbra, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu**. *Novos estud. - CEBRAP* no.98 São Paulo Mar. 2014

MORAES, Ulisses Quadros. **Pierre Bourdieu: Campo, habitus e capital simbólico uma análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical de Curitiba (1971 – 1983)**. ANAIS – V Fórum de pesquisa científica em arte. Escola de Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2006-2007.

PARAÍBA, Governo do Estado da. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino**. 2016.

PARAÍBA, Governo do Estado da. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado da Educação. Lei nº 11.100/18 que cria o Programa de Educação Integral na Paraíba **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa - PB, 09 de fevereiro de 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo, Cortez: autores associados, 1988.

SOUSA, Darcon. **O Programa Mais Médicos na perspectiva dos atores sociais responsáveis por sua implementação e dos beneficiários no município de Boqueirão, PB.** REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, vol. 5, n. 03, 2015

SOUSA, Darcon ; SILVA, R. J. O. . **Saúde pública no Brasil: os discursos e tensões em torno da contratação de médicos estrangeiros para um programa de atendimento aos pobres e sua implementação no interior da região nordeste.** In: XXX Congresso Latinoamericano de Sociologia - Alas, 2015, San Jose - Costa Rica. XXX Congresso Latinoamericano de Sociologia - Alas 2015, 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006